

Ministério de Minas e Energia
Assessoria de Comunicação Social - ASCOM

Sumário

VEÍCULO: O Globo.....	2
Título: Governo estuda antecipar terceira rodada do pré-sal	2
Título: Notas	3
Título: Rolls-Royce pagou propina de R\$ 29,8 milhões.....	4
VEÍCULO: Folha de S. Paulo	5
Título: Governo estuda realizar 2 rodadas do pré-sal neste ano	5
Título: Em Davos.....	6
Título: Rolls-Royce pagou R\$ 30 milhões a lobistas no Brasil	6
VEÍCULO: O Estado de S. Paulo	8
Título: Nippon sinaliza acordo com sócia na Usiminas	8
Título: Em 2018, País terá muito a mostrar em Davos, diz Trabuco	9
Título: Governo federal terá 'poupatempo' digital	10
Título: Rolls-Royce repassou R\$ 29,8 mi a intermediários.....	11
Título: Samba-enredo irrita líderes do agronegócio	12
VEÍCULO: Valor Econômico	13
Título: Governo quer dois leilões do pré-sal neste ano	13
Título: Setor de óleo e gás mantém incentivo	14
Título: China produz menos petróleo e precisa importar mais	15
Título: Afinal, a indenização das transmissoras faz sentido?	16
Título: Acionistas da Vale discutem unificação de ações em acordo.....	18
Título: Aquisições têm segundo ano de queda	21
Título: Leme negocia compra de companhia de mobilidade	23
Título: Leilão não será 'perdão' a geradores, diz Aneel	25

VEÍCULO: O Globo**Seção: Economia****Autor: Danilo Fariello****Título: Governo estuda antecipar terceira rodada do pré-sal**

Setor pedia licitação de novas áreas desde o fim da exclusividade da Petrobras como operadora.

O governo estuda antecipar para este ano o leilão da terceira rodada de campos de petróleo na área do pré-sal, antes prevista para 2018, na qual a produção ocorre no regime de partilha. A discussão foi feita em reunião do núcleo de infraestrutura no Palácio do Planalto na semana passada. Procurado, o Ministério de Minas e Energia (MME) informou que “o governo federal, por meio do MME, estuda a possibilidade de antecipar a terceira rodada de leilão do pré-sal e realizá-la ainda este ano”. Se isso ocorrer, serão quatro leilões no ano: um de áreas menores, conhecido como rodadinha; a 14ª rodada de campos em regime de concessão; a segunda rodada do pré-sal, só com áreas vizinhas àquelas já concedidas; e a terceira rodada do pré-sal. O leilão da terceira rodada deverá atrair as megapetroleiras no mundo, uma vez que a tendência é que grandes blocos sejam oferecidos.

Algumas empresas já vinham pedindo ao governo para leiloar novas áreas do pré-sal, desde que o Congresso aprovou o fim da exclusividade da Petrobras como operadoras única da região. Pela profundidade dos campos no mar e a dificuldade tecnológica para explorá-los, a tendência é de participação das gigantes, como ocorreu com o resultado da primeira rodada do pré-sal, em que a Petrobras venceu com grandes chinesas e europeias. As áreas passíveis de serem incluídas na terceira rodada, o que poderia ocorrer em novembro ou dezembro, ficam principalmente no litoral do Espírito Santo e do Rio.

Na semana passada, o ministro Fernando Coelho Filho, do MME, havia falado em antecipar a terceira rodada do fim de 2018 para o início do próximo ano. Ao trazer esse leilão para 2017, agora, o setor poderá ajudar a incrementar a retomada da economia e também colaborar com a arrecadação fiscal. Em 2013, os vencedores de Libra pagaram R\$ 15 bilhões em bônus de assinatura. Os demais leilões previstos para 2017 — que não incluiriam a terceira rodada do pré-sal — implicariam receita de até R\$ 4,5 bilhões. Antonio Guimarães, secretário-executivo de Exploração e Produção do Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás e Biocombustíveis (IBP), comemora a decisão do governo de realizar vários leilões neste ano e antecipar a terceira rodada.

Ele destaca que o setor tem capacidade de impulsionar o crescimento do país mas pondera que, antes dos leilões, os governos têm que resolver questões

específicas do setor. — O governo está encaminhando as questões, mas falta definir as regras de conteúdo local, a renovação do Repetro (o regime fiscal do setor que vence em 2019) e, se o leilão for de áreas no Rio, há um pacote de maldades fiscais por lá que precisa ser revisto — disse Guimarães. O governo federal dá início hoje à elaboração de um plano de longo prazo para o setor de petróleo e gás, que vai trazer, entre outros elementos, um calendário de leilões futuros, para dar previsibilidade às empresas do setor. Até o fim do mês, o governo federal deve definir a nova política de conteúdo local. O ministro Coelho Filho faz parte da comitiva brasileira em Davos, onde foi encontrar potenciais investidores.

VEÍCULO: O Globo

Seção: Rio / Colunas

Autor: Ancelmo Gois

Título: Notas

Vai de táxi

Houve um tempo em que a Petrobras cedia, a pedido de ministros do governo, um helicóptero para deslocamentos no Rio. Agora, sob nova direção, a estatal acabou com esta “cortesia” com o chapéu alheio — no caso, o dinheiro dos seus acionistas, o povo, inclusive.

Ponto Final

Ao contrário do que supõe nosso complexo de vira-lata, o empresário brasileiro não é pior nem melhor, do ponto de vista ético, do que os de outros países. Tanto que algumas empresas enroladas com a Petrobras são gringas, como a SBM Offshore, Skanska, Techint, Keppel Fels e Jurong. Se a safadeza crescia aqui mais do que chuchu na serra, a culpa maior, acho, era da impunidade, num tempo em que imperava o crime sem castigo. Cartas para a Redação.

‘Recall’ da Odebrecht

A lista de executivos da Odebrecht — 77, até agora — que fizeram delação premiada na Lava-Jato pode subir para umas 120 pessoas. Este chamamento complementar ganhou até nome no Ministério Público Federal: o “recall da Odebrecht”.

VEÍCULO: O Globo**Seção: País****Autor: Gustavo Schmitt E Dimitrius Dantas****Título: Rolls-Royce pagou propina de R\$ 29,8 milhões**

Empresa devolverá lucro e pagará multa para ressarcir Petrobras

A multinacional Rolls-Royce pagou US\$ 9,3 milhões (R\$ 29,8 milhões) em propinas a um operador e a um então diretor da Petrobras entre 2003 e 2013, segundo revelou ontem o Departamento de Justiça (DOJ) dos Estados Unidos. Após o repasse do dinheiro, a empresa britânica venceu concorrências para atuar em projetos de pelo menos seis plataformas da estatal.

Ontem, a Justiça de Londres homologou o acordo da empresa com o Ministério Público Federal do Brasil e com autoridades americanas. O DOJ informou que, em julho de 2003, executivos da Rolls-Royce compartilharam e discutiram informações confidenciais sobre propostas da concorrência que envolviam a prestação de serviços para a Petrobras. De acordo com os procuradores americanos, a empresa enviou, naquele ano, proposta para dois projetos de plataformas da Petrobras.

Contudo, ambas foram negadas por razões técnicas. A negativa da estatal levou a Rolls-Royce a contratar um consultor que teria repassado propina a funcionários da Petrobras para obter os contratos. Nos documentos, o DOJ não revela os nomes dos participantes do esquema.

PETROBRAS VAI RECEBER R\$ 81 MILHÕES

Segundo o acordo homologado ontem, a Rolls-Royce é responsável por pagamento de propina e corrupção por três décadas em 12 países. Somente às autoridades do Reino Unido, a empresa pagará multa de 497 milhões de libras (R\$ 1,9 bilhão). A companhia também vai desembolsar mais R\$ 545 milhões para os Estados Unidos, além de R\$ 81 milhões ao Brasil, onde é alvo da Operação Lava-Jato. Esse valor será ressarcido integralmente à Petrobras nos próximos 90 dias.

Do montante, a multinacional pagará R\$ 39 milhões referentes ao lucro líquido obtido nos contratos feitos com a Petrobras. O restante a ser devolvido diz respeito ao valor da propina paga pela empresa mais uma multa, conforme estabelece a lei brasileira sobre improbidade. A investigação durou quatro anos, período em que a empresa colaborou com a Serious Fraude Office (SFO), que atua como departamento de Justiça do Reino Unido.

O esquema também se estende a países como Indonésia, Tailândia, Índia, Rússia, Nigéria, China e Malásia. O processo envolve negócios da Rolls-Royce nos setores aeroespacial, de defesa e de energia. Como parte das tratativas, a companhia concordou também em adotar práticas de compliance, cooperando com futuros julgamentos de possíveis funcionários envolvidos em corrupção.

No Brasil, o caso da Rolls-Royce remonta a 2015, quando o então gerente da Petrobras Pedro Barusco admitiu em seu acordo de colaboração premiada ter recebido US\$ 200 mil da empresa inglesa. No depoimento, Barusco afirmou que os pagamentos se referiam a um contrato firmado para fornecimento de módulos de geração de energia para plataformas da Petrobras, cujo valor chegava a R\$ 100 milhões.

Os US\$ 200 mil em propina, ainda de acordo com Barusco, foram depositados em contas no exterior. O ex-gerente da Petrobras citou Luiz Eduardo Barbosa e Júlio Faerman como intermediários da Rolls-Royce no país.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Reuters

Título: Governo estuda realizar 2 rodadas do pré-sal neste ano

O governo federal estuda a possibilidade de realizar mais uma rodada do pré-sal, sob regime de Partilha de Produção, neste ano além da que já estava programada, informou nesta terça-feira (17) o Ministério de Minas e Energia.

Neste caso, seriam feitas em 2017 a segunda e a terceira rodadas do pré-sal. "O Governo Federal, por meio do MME, estuda a possibilidade de antecipar a terceira rodada de leilão do pré-sal e realiza lá ainda neste ano", disse o ministério à Reuters por e-mail.

O ministério não explicou os motivos para a antecipação e quais áreas poderiam ser leiloadas.

Na semana passada, o ministro de Minas e Energia afirmou a jornalistas que o governo estudava antecipar a segunda rodada do pré-sal para o primeiro semestre deste ano. Anteriormente, o certame estava previsto para o segundo semestre.

Entretanto, segundo o ministro, uma antecipação dependeria de trâmites, como a publicação das áreas no Diário Oficial da União (DOU) e o cumprimento do prazo necessário para que a Petrobras defina se irá exercer seu direito de preferência para a operação dos ativos.

A segunda rodada do pré-sal irá ofertar quatro áreas adjacentes a grandes descobertas de óleo e gás já realizadas portanto com menores riscos—, que precisarão passar por processo de unitização junto aos proprietários das jazidas.

Após a publicação dessas áreas no DOU, a Petrobras terá 30 dias para decidir se irá exercer direito de preferência, conforme o previsto nas novas regras que retiraram a obrigação da empresa ser operadora do pré-sal. A primeira rodada do pré-sal ocorreu em 2013 e negociou a área de Libra, no pré-sal da Bacia de Santos.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Mercado

Autor: Maria Cristina Frias

Título: Em Davos

Na próxima... Duas grandes ausências do setor público brasileiro no Fórum Econômico Mundial, que ocorre em Davos, são Maria Silvia Bastos, presidente do BNDES, e Pedro Parente, da Petrobras.

Vai indo... Desde o governo de Lula, os chefes do banco e da petroleira eram presenças constantes nas sessões de debates do evento que movimenta a cidade nos Alpes suíços.

...que não vou Comandada por Sérgio Gabrieli, que sempre vinha com uma grande entourage, a Petrobras foi uma das patrocinadoras principais em uma das edições. Aldemir Bendine, que assumiu a estatal em crise em 2015, não chegou a vir.

VEÍCULO: Folha de S. Paulo

Seção: Poder

Autor: Mario Cesar Carvalho

Título: Rolls-Royce pagou R\$ 30 milhões a lobistas no Brasil

Documento divulgado pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos nesta terça (17) diz que a Rolls-Royce repassou US\$ 9,3 milhões (cerca de R\$ 30 milhões atualmente) a lobistas no Brasil.

Eles, por sua vez, pagaram US\$ 1,6 milhão (R\$ 5,1 milhões) em propinas entre 2003 e 2013 para um funcionário da Petrobras que ajudou a empresas a conquistar meia dúzia de contratos.

A Rolls-Royce, uma das maiores empresas do Reino Unido, fez um acordo com procuradores da Operação Lava Jato pelo qual pagará uma indenização de R\$ 81,2 milhões, segundo dados divulgados nesta terça (17) pelo Ministério Público Federal.

A Rolls-Royce entrou na mira da Lava Jato depois que o ex-gerente da Petrobras Pedro Barusco contou em seu acordo de delação que recebeu ao menos US\$ 200 mil para que a empresa conquistasse contratos de US\$ 100 milhões, para o fornecimento de geradores de energia para plataformas de petróleo.

Levantamento da antiga CGU (Controladoria Geral da União) aponta que o valores dos contratos eram bem maiores, de US\$ 650 milhões. Segundo o Ministério Público Federal, a Rolls-Royce lucrou R\$ 39,7 milhões com os seis contratos com a Petrobras.

Procurada pela Folha, a estatal não quis informar os valores dos contratos apesar de a informação ser pública.

O documento do Departamento de Justiça dos EUA, o equivalente ao Ministério da Justiça brasileiro, não cita nomes, mas as investigações da Lava Jato apontaram que o principal lobista da Rolls-Royce no Brasil foi Julio Faerman. Ele fez um acordo de delação e devolveu US\$ 54 milhões. Já o intermediário que recebeu a propina é Pedro Barusco, que pagou US\$ 97 milhões de indenização após fechar um acordo de delação.

O texto divulgado nos EUA cita pela primeira vez qual foram as obras para as quais a Rolls-Royce forneceu turbogeradores de energia. São as plataformas P-51, P-52, P-53, PRA-1, P-56 e Mexilhão, todas foram construídas durante os dois governos do ex-presidente Lula, de 2003 a 2010.

Segundo o documento divulgado nos EUA, o lobista da Rolls-Royce conseguiu mudar disputas em que a empresa já havia sido desclassificada por razões técnicas. A licitação foi refeita e a Rolls-Royce ganhou o contrato. O funcionário da Petrobras também fornecia informações sigilosas para o lobista, de acordo com a Rolls-Royce.

O acordo com o Brasil faz parte de um acerto maior, que inclui o Reino Unido e os EUA. A indenização total será 671 milhões de libras (R\$ 2,6 bilhões). O Reino Unido ficará com o equivalente a R\$ 1,95 bilhão e os EUA, com R\$ 550 milhões.

A Rolls-Royce admitiu ter pago US\$ 35 milhões em propina no Brasil, Tailândia, Cazaquistão, Angola e Iraque.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Fernanda Guimarães****Título: Nippon sinaliza acordo com sócia na Usiminas**

O grupo japonês Nippon Steel, sócio controlador da Usiminas, disse na terça-feira, 17, que aceitaria reconduzir à presidência o executivo Sérgio Leite, nome indicado pela Ternium, também sócia da siderúrgica mineira, desde que o grupo ítalo-argentino aceite implementar a regra de alternância de poder na companhia.

Em entrevista concedida na terça-feira, 17, o presidente da Nippon no Brasil, Hironobu Nose, afirmou que essa seria a melhor fórmula para que os controladores cheguem, finalmente, a um acordo.

Para isso, a Nippon abriria mão de fazer a primeira indicação para a presidência e aceitaria Leite, vice-presidente comercial da Usiminas, no posto. Com isso, o atual presidente, Rômelo de Souza, ficaria à frente do conselho de administração. “Acreditamos que Rômelo seria o principal nome (*para a presidência executiva*), mas faríamos essa concessão”, disse. Leite foi eleito no ano passado presidente da companhia, mas saiu por decisão da Justiça, que foi favorável à Nippon à época.

Os dois sócios estão envolvidos em uma disputa societária desde setembro de 2014 e não chegaram a um acordo até o momento. Pelo acordo de acionistas, as decisões na companhia têm de ocorrer por consenso.

Segundo Nose, ainda não houve reunião formal entre as empresas, mas ocorrerá em breve. Nose não vê problema na mudança de gestão na Usiminas, tendo em vista a fragilidade financeira da empresa. O executivo não é a favor da cisão do negócio e tentará manter a sociedade.

‘Roleta russa’. Também em 2016, a Ternium chegou a propor mudança no acordo de acionistas da Usiminas, com a inclusão de uma cláusula de saída para um dos sócios, conforme antecipou o Estado.

A Nippon aceita discutir uma eventual cláusula de saída na Usiminas, mas descarta a possibilidade desse instrumento ser a chamada “roleta russa”. Ou seja: a empresa que oferecer a melhor oferta pela fatia do outro acionista fica com a Usiminas. Procurada, a Ternium não comentou o assunto.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Economia****Autor: Célia Froufe****Título: Em 2018, País terá muito a mostrar em Davos, diz Trabuco**

Para presidente do Bradesco, com Temer, foi possível voltar a 'conceitos básicos' na economia.

Cheio de previsões otimistas para o Brasil, como expectativa de inflação abaixo do centro da meta e crescimento de 2,3% anualizado em julho do ano que vem na comparação com igual período deste ano, o presidente do Bradesco, Luiz Carlos Trabuco Cappi, avaliou que as projeções feitas durante o Fórum Econômico Mundial de Davos no ano passado nem de perto se concretizaram. "Um ano atrás, quem brilhava nos corredores aqui era o ex-primeiro-ministro inglês David Cameron", citou. "Quem imaginava que ia acontecer o Brexit?", questionou, sobre o referendo britânico que decidiu pela saída do Reino Unido da União Europeia, levando à renúncia de Cameron. Para o principal executivo do Bradesco, os sinais passados na edição anterior do evento não foram verificados, como petróleo cotado a US\$ 20 e minério de ferro a US\$ 27.

"Me impressionei na ocasião porque o estoque de crédito da cadeia de óleo e gás é tão intenso que o custo da dívida seria maior do que a geração de caixa. Um ano depois, o minério está a US\$ 70 e o petróleo, acima de US\$ 60", comparou. Ele disse ainda que Donald Trump não era assunto nos painéis nem a volta do populismo. No Brasil, houve, segundo ele, uma mudança de quase de 180 graus no modelo econômico. "A economia era baseada na oferta e em parâmetros não adequados e, com o governo Temer, foi possível voltar a conceitos básicos", considerou. "É surpreendente ver o alinhamento entre Meirelles e Ilan", disse, citando o ministro da Fazenda, Henrique Meirelles, e o presidente do Banco Central, Ilan Goldfajn. Segundo ele, há cinco anos o País tinha dois comandantes da economia, além do Planejamento, e com formas diferentes de trabalho.

"As políticas não tinham sintonia e isso redundou em um custo enorme para o Brasil. O País tem condições de voltar a Davos em 2018 com muitas coisas a mostrar. Aqui tive a convicção de que o investidor não abandonou o Brasil. O que quer é coerência para continuar investindo. O mercado estabeleceu um risco muito razoável para o Brasil e o dólar reflete isso." Participante de um almoço do governo com investidores, Trabuco relatou que foram muitas as perguntas a Meirelles sobre a efetividade da reforma da Previdência. "O governo apresentou uma proposta de reforma necessária, porque a possível é sempre um remendo, mas a necessária foi provocada e isso vai fazer preço no

mercado e reduzir o custo Brasil e renovar a confiança do investidor no País. O Brasil é uma boa aposta”, afirmou.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo

Seção: Economia

Autor: Adriana Fernandes e Murilo Rodrigues Alves

Título: Governo federal terá ‘poupatempo’ digital

Com serviços online, custo de atendimento pode cair a 5% do que é desembolsado hoje.

O governo vai oferecer todos os serviços públicos em uma plataforma online. A medida faz parte de ampla reforma da gestão pública, que o presidente Michel Temer vai anunciar em março para melhorar o atendimento da população e buscar reduzir custos com a máquina governamental, incluindo gastos com pessoal. A meta é buscar economia semelhante à resultante da prática de digitalização em outros países. O custo pode cair a 5% do que é desembolsado hoje. Estudos apontam que a média do gasto em quatro países (Canadá, Reino Unido, Noruega e Austrália) caiu de US\$ 14,09 em cada atendimento presencial para US\$ 0,39 no serviço online. Numa única plataforma online, o cidadão poderá encontrar todos os serviços do governo federal, uma espécie de Poupatempo digital. Para autenticar a veracidade da pessoa que fez o pedido, o governo já assinou acordo com o Tribunal Superior Eleitoral (TSE) para utilizar o banco de dados de biometria do órgão, que tem a identificação de 55 milhões de digitais dos eleitores.

O exemplo mais acabado citado por ele no atendimento digital no setor público foi o da Receita Federal. Economia. A “reforma da gestão pública” também vai propor uma “racionalização” nas compras da União. Entre os itens que devem ser revistos está a comercialização de energia. O governo vai passar a comprar energia no mercado livre – em que o preço é fechado diretamente com o gerador ou com a comercializadora – em vez de pagar para a distribuidora. O gasto de todos os órgãos da União com energia é de R\$ 1,3 bilhão ao ano. Com a mudança, pode cair 20%, estima o ministro. O governo espera economizar R\$ 20 milhões ao ano com o uso de um aplicativo para o transporte de servidores, uma espécie de Uber. Ao invés de cada órgão ter veículos próprios foi contratada uma frota terceirizada única.

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política****Autor: Julia Affonso, Ricardo Brandt e Fausto Macedo****Título: Rolls-Royce repassou R\$ 29,8 mi a intermediários**

No acordo de leniência fechado pela Rolls-Royce com o Brasil, Estados Unidos e Inglaterra, anunciado anteontem, a empresa britânica admitiu ter pago cerca de US\$ 9,3 milhões (R\$ 29,8 milhões, na cotação atual) em propina para conseguir contratos com a Petrobrás. A companhia se comprometeu a devolver R\$ 81 milhões ao Brasil. Segundo documento divulgado pelo Departamento de Justiça dos Estados Unidos, aproximadamente US\$ 1,6 milhão (R\$ 5,1 milhões) foram repassados a um funcionário da estatal brasileira entre 2003 a 2013.

No Brasil, o nome da Rolls- Royce surgiu pela primeira vez nas investigações da Lava Jato há quase dois anos, quando o ex-gerente da Diretoria de Serviços da Petrobrás Pedro Barusco citou a companhia em delação. Segundo Barusco, a empresa teria pago propina para garantir o fornecimento de turbinas de geração de energia para plataformas de petróleo da estatal brasileira. O contrato foi de US\$ 100 milhões e Barusco faturou US\$ 200 mil, segundo seu relato.

Ele disse, porém, não se lembrar quem mais teria recebido recursos da Rolls-Royce. Ao todo, a empresa britânica firmou seis contratos com a Petrobrás e lucrou R\$ 39,7 milhões. Acordo global. O acordo firmado com os procuradores brasileiros é parte de uma negociação global que prevê o pagamento total de R\$ 2,6 bilhões, divididos entre Brasil, Estados Unidos e Inglaterra. A empresa britânica relatou às autoridades desses países detalhes sobre repasses feitos a intermediários em diversos países, como Afeganistão, Tailândia, Iraque e Angola, entre outros.

No total, segundo o Departamento de Justiça americano, a empresa pagou US\$ 35 milhões (R\$ 112,3 milhões) em propina nestes países. De acordo com o procurador Orlando Martello, integrante da força-tarefa da Lava Jato, o acordo de leniência "reflete a credibilidade que as autoridades brasileiras responsáveis pelo combate à corrupção ganharam no cenário mundial, em padrões de qualidade equivalente ao dos principais órgãos análogos no exterior".

VEÍCULO: O Estado de S. Paulo**Seção: Política****Autor: Isabela Bonfim****Título: Samba-enredo irrita líderes do agronegócio**

Imperatriz Leopoldinense nega que "Xingu: o clamor que vem da floresta" seja crítica ao setor.

O enredo da escola de samba carioca Imperatriz Leopoldinense provocou a reação de líderes do agronegócio e entidades do setor. O samba Xingu: o clamor que vem da floresta exalta a luta de povos indígenas e alerta para os riscos que sofrem as etnias nativas e, segundo a agremiação, não é uma crítica ao agronegócio. "Jardim sagrado, o caraíba descobriu/Sangra o coração do meu Brasil/O Belo Monstro rouba as terras dos seus filhos, devora as matas e seca os rios/Tanta riqueza que a cobiça destruiu", diz trecho do samba-enredo, interpretado por líderes do agronegócio como uma crítica ao setor.

Além da canção, o desfile vai trazer alas que tratam de ameaças sofridas pelos índios. A que gerou mais polêmica se chama "Fazendeiros e seus agrotóxicos". "Por incompetência e erro brutal de alguém no seu conjunto de decisões carnavalescas, surge lá uma ala horrenda, demoníaca, desgraçada", afirmou José Luiz Megido, do Conselho Científico para Agricultura Sustentável (CCAS). "É inadmissível, ultrapassado e insustentável, que o agronegócio seja colocado como "vilão do meio ambiente, da natureza e da população" no samba-enredo da Escola Imperatriz Leopoldinense para o carnaval 2017", escreveu a Federação da Agricultura e Pecuária de Goiás em nota pública.

A Associação Brasileira dos Criadores de Zebu (ABCZ), a Sociedade Rural Brasileira (SRB) e a Federação da Agricultura e Pecuária de Mato Grosso do Sul (Famasul) também fizeram críticas públicas à Imperatriz Leopoldinense. Entidade máxima do setor, a Confederação da Agricultura e Pecuária (CNA), vai aguardar reunião do conselho para se manifestar. No Congresso, o enredo carnavalesco também não foi bem recebido. O líder do DEM no Senado, Ronaldo Caiado (GO), prometeu articular a realização de uma sessão temática no plenário da Casa, para investigar os possíveis ataques feitos ao agronegócio.

"Vou buscar a realização de sessão para discutirmos os motivos de um samba enredo que denigre a imagem do agronegócio", afirmou. Alerta ambiental. A escola, entretanto, alegou que não houve qualquer intenção de fazer crítica ao setor do agronegócio. "Em nenhum momento foi pauta essa crítica ao setor. Nosso enredo defende a causa do índio, e o nosso tema é a valorização da cultura indígena e as necessidades dos povos do Xingu", declarou o carnavalesco Cahê Rodrigues. Ele afirmou que o "Belo Monstro", citado no

samba enredo, é uma referência aos impactos da construção da Usina de Belo Monte.

Sobre a ala "Fazendeiros e seus agrotóxicos", Cahê disse que se trata de uma crítica ao uso abusivo de agrotóxicos. "É uma questão ambiental e não ligada ao agronegócio. Não queremos apontar o dedo para ninguém." O carnavalesco lembrou que, no ano anterior, ao homenagear a dupla Zezé Di Camargo & Luciano, a escola de samba teve uma ala dedicada ao homem do campo e à agricultura, e disse esperar que a questão seja esclarecida o mais brevemente possível para não prejudicar a agremiação carioca.

Em nota, a Imperatriz disse que "em nenhum momento" atacou o setor e seus trabalhadores. "Reforçamos que o nosso enredo não versa contra esta importante cadeia produtiva de nossa economia nem desqualifica os seus incansáveis trabalhadores. Como poderíamos exaltá-los de forma grandiosa num carnaval para em seguida criticá-los no outro?"

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: Rodrigo Polito

Título: Governo quer dois leilões do pré-sal neste ano

O governo federal estuda a possibilidade de realizar dois leilões de áreas do pré-sal, sob o regime de partilha de produção, este ano. A previsão anterior era realizar apenas um leilão do tipo em 2017. O objetivo da medida, estima-se, seria estimular o aumento de investimentos no país.

"O governo federal, por meio do Ministério de Minas e Energia, estuda a possibilidade de antecipar a terceira rodada de leilão do pré-sal e realizá-la ainda este ano", informou o ministério, em nota ao Valor. O órgão, porém, não justificou as razões para um outro leilão, nem quais áreas poderão ser ofertadas no novo certame.

Na semana passada, o ministro Fernando Coelho Filho contou que o governo pretende antecipar, do segundo para o primeiro semestre, o segundo leilão do pré-sal. A licitação ofertará áreas unitizáveis (descobertas cujos reservatórios se estendem para além dos limites da concessão) de Carcará e Sapinhoá, na Bacia de Santos, e Tartaruga Verde e Gato-do-Mato, na Bacia de Campos.

Na ocasião, Coelho Filho também informou que o governo trabalha com a possibilidade de arrecadar entre R\$ 3,5 bilhões e R\$ 4,5 bilhões com os três leilões oficialmente previstos para este ano - um do pré-sal, um de campos terrestres marginais e a 14ª Rodada da Agência Nacional do Petróleo, Gás

Natural e Biocombustíveis (ANP). O leilão de campos marginais, conhecido como "Rodadinha", está previsto para março deste ano, enquanto a 14ª rodada deverá ser realizada em setembro, segundo o ministério.

A primeira licitação do pré-sal foi realizado em outubro de 2013. O leilão ofertou o campo de Libra, na Bacia de Santos, arrematado pelo consórcio formado por Petrobras (40%), a anglo-holandesa Shell (20%), a francesa Total (20%) e as chinesas CNPC (10%) e CNOOC (10%). Naquela época, a estatal brasileira ainda tinha o papel de operador único do pré-sal, com participação mínima de 30% nos consórcios.

O Instituto Brasileiro do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis (IBP) considerou positiva a possibilidade de mais um leilão do pré-sal neste ano. A entidade, no entanto, destaca que é preciso que o governo mantenha foco na definição de pontos importantes para destravar investimentos no setor, como a extensão do Repetro - regime aduaneiro especial de importação e exportação de bens relacionados às atividades exploratórias de petróleo e gás - e a implantação de melhorias na política de conteúdo local.

"Isso [o novo leilão] seria uma boa notícia. O importante, para que tudo isso se materialize, é que o sucesso dos leilões passa por uma discussão da agenda [setorial]. A preocupação do IBP neste momento é que possamos focar nas questões que precisam ser resolvidas para ter certeza de que o investidor vai entender esse movimento como positivo", afirmou o secretário-executivo do IBP, Antônio Guimarães.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Brasil

Autor: André Ramalho

Título: Setor de óleo e gás mantém incentivo

As empresas fornecedoras de serviços do setor de óleo e gás estão livres de contribuir com o Fundo Estadual de Equilíbrio Fiscal (Feef), instituído pelo governo do Rio de Janeiro. Uma liminar concedida pelo Tribunal de Justiça do Estado (TJ-RJ) suspendeu a exigência dos depósitos mensais por parte das empresas filiadas à Associação Brasileira das Empresas de Serviços de Petróleo (Abespetro).

O Feef foi instituído pelo governo fluminense, pela Lei 7.428/16 e disciplinado pelo Decreto 45.810/16, que determina o recolhimento pelas empresas de 10% dos benefícios e incentivos fiscais em vigor, ou a serem concedidos, no Estado.

O fundo é temporário, com duração prevista por lei de dois anos, e tem como objetivo sustentar a manutenção do equilíbrio das finanças públicas e previdenciárias do Estado. Pelo texto sancionado, na prática, o montante a ser depositado pelas empresas equivale a 10% da diferença "entre o valor do imposto calculado com e sem a utilização do benefício ou incentivo fiscal concedido à empresa contribuinte do ICMS". Pela lei, para os contribuintes que não efetuarem os depósitos no fundo, está prevista até a perda definitiva dos benefícios e incentivos fiscais.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Internacional

Autor: Brian Spegele

Título: China produz menos petróleo e precisa importar mais

O governo chinês reconheceu ontem que produção de petróleo no país passa por um declínio de longo prazo, sinal de que passará a depender cada vez mais das importações.

Ao divulgar seu novo plano energético quinquenal - um roteiro para a indústria petrolífera local, dominada por estatais - o governo divulgou previsão de que a produção doméstica de petróleo vai cair para cerca de 4 milhões de barris por dia em 2020, 7% a menos do que em 2015.

Esse declínio na previsão - que também serve de meta para produção doméstica - reflete a falta de investimentos das companhias estatais em campos domésticos que estão envelhecendo e da dificuldade para replicar na China as técnicas de extração não convencional que reanimaram a produção nos EUA.

A reversão da tendência na produção das empresas chinesas de fontes de energia segue-se a uma mudança mais ampla em andamento na economia do país, na qual a indústria vem cedendo lugar a atividades ligadas ao setor de serviços. Isso se traduziu em desaceleração no crescimento da demanda por energia na economia como um todo, uma tendência que vai se acelerar nos próximos anos, segundo prevê o governo.

"Ao longo dos próximos cinco anos, a demanda por ferro, aço, metais não ferrosos, materiais de construção e outros produtos importantes, que consomem muita energia, deverá atingir seu pico; e a demanda por energia vai começar a cair de forma constante", de acordo com o plano quinquenal da Comissão Nacional de Reforma e Desenvolvimento da China, principal agência de planejamento econômico do governo.

As três grandes petrolíferas estatais chinesas anunciaram reduções superiores a 10% nos investimentos em bens de capital em 2016, em meio às dificuldades para lidar com os baixos preços do petróleo, que derrubaram os resultados das empresas do setor pelo mundo. Mesmo diante das expectativas de recuperação das cotações internacionais neste ano, as empresas do setor na China, incluindo a PetroChina e a Sinopec, não deverão revelar novos orçamentos muito altos quando divulgarem seus planos detalhados de investimentos anuais nas próximas semanas.

A expectativa de queda na produção doméstica significa que as importações vão aumentar, inclusive de países produtores no Oriente Médio que passam por turbulências, como o Irã e o Iraque, de onde a China obtém volumes cada vez maiores de petróleo. As importações deverão passar a representar mais de 70% da oferta total de petróleo na China neste ano, de 50% há menos de dez anos.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Opinião

Autor: Edvaldo Santana

Título: Afinal, a indenização das transmissoras faz sentido?

Alguns temas polêmicos surgiram em dezembro de 2016. O mais instigante consiste na indenização das transmissoras. A polêmica surgiu do valor definido para ser pago, pelos consumidores, como forma de indenizar os ativos de transmissão que estavam em operação em maio de 2000. O número é de quase R\$ 56 bilhões, sendo R\$ 20 bilhões dos ativos propriamente ditos e R\$ 35,8 bilhões de componentes financeiros. Ele é muito maior do que a receita anual de todas usinas com a venda de energia.

De onde surgiu o número? Ele tem muito de voluntarismo e é sustentado em regras improvisadas pela Portaria 120/2016, do Ministério de Minas e Energia (MME), e em notas técnicas da Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel). A origem do problema decorre, vejam só, da fatídica Medida Provisória (MP) 579/2012. Pela MP, os ativos de transmissão que operavam em maio de 2000 não seriam indenizáveis. Eles compunham o que se denomina de Base Blindada. Apenas os ativos constituídos daí em diante seriam objetos de indenização - de R\$ 13 bilhões, que já foram pagos.

Isso gerou muita confusão. As transmissoras ameaçaram não aderir às regras da MP caso ela não fosse modificada, o que motivou um acordo delas com o governo, que se comprometeu a alterar a Lei, e assim foi feito com a edição da Lei 12.783/2013. O caput do seu art. 15 determina que a receita de transmissão deverá considerar, quando houver, os bens reversíveis ainda não amortizados, não depreciados ou não indenizados. O parágrafo 2º do mesmo artigo autoriza

o poder concedente a pagar o valor dos ativos considerados não depreciados em 31/5/2000.

O texto desses dois dispositivos é um exemplo de como não deve ser redigida uma legislação. Por quê?. O caput do artigo é ocioso, pois a receita já considera, obrigatoriamente, os ativos não depreciados. Ele também não teria relação com o parágrafo 2º, que autoriza o poder concedente a pagar. Só em um ponto o parágrafo tem vinculação com o caput, quando especifica os bens reversíveis não amortizados, não depreciados ou não indenizados pelo (novamente) poder concedente. Se é, repita-se, do poder concedente a responsabilidade de indenizar, dele também é a obrigação de pagar, até porque os consumidores já o fizeram por meio da Reserva Global de Reversão (RGR), cujos recursos, utilizados pela Eletrobras sem qualquer transparência ou eficiência, praticamente sumiram.

Porém, como não há palavras vãs na lei, a artimanha consistiu em, por meio de uma norma complementar, passar a obrigação do poder concedente para os consumidores. Com este fim foi publicada a Portaria MME 120/2016, que, em meia página, não deixa barato: define que há valores a indenizar desde 2012 e que serão atualizados e remunerados, entre 2013 e 2017, a uma taxa de quase 15% ao ano, inovando em relação ao que previa a Lei. É dessa remuneração que resulta os R\$ 35,8 bilhões.

Mas tal portaria está repleta de ilegalidade. Primeiro, a obrigação de pagar é do poder concedente, que assim foi autorizado pela lei, e não do consumidor, como prevê a portaria. Depois, a portaria trata de cálculo tarifário, uma atribuição da Aneel, conforme estabelecido também em lei, ou seja, uma evidente invasão de competências.

Mais deixemos guardadas as ilegalidades e avancemos na necropsia do número, começando com a seguinte pergunta? Há algum ativo a indenizar? Não. Não há. Até maio de 2000, a energia comprada pelas distribuidoras era valorada pela tarifa de suprimento, que contemplava a energia propriamente dita e o transporte dela. A partir de então, a tarifa de suprimento foi segregada em energia e transmissão. Se a tarifa de suprimento era, por exemplo, R\$ 100/MWh, a energia passou a ser R\$ 85/MWh e a transmissão R\$ 15/MWh.

O detalhe é que os R\$ 15/MWh apenas aumentaram a partir de 2001. Ou seja, essa tarifa foi reajustada anualmente pelo IGP-M e não era objeto de revisões, quando as receitas poderiam reduzir mais de 30%, isto na primeira revisão. E não era revisada porque, quando da segregação, os ativos não foram avaliados, sendo blindados até 2015. Como a tarifa de transmissão foi determinada sem ter como base o valor dos ativos, e como ela assegurava o equilíbrio econômico-financeiro, como consta dos próprios contratos de concessão assinados pelas

transmissoras, não caberia mais se falar em indenização por amortização ou depreciação.

Em outras palavras, a receita então estabelecida cobriria os custos totais dos ativos que hoje se quer indenizar. É como se o consumidor fosse obrigado a pagar duas vezes, sem contar o que ele já pagou pela RGR, por mais de 40 anos. Logo, não há ativos a indenizar.

Sigamos na necropsia do número. Pela Nota Técnica da Aneel submetida à audiência pública, os quase R\$ 56 bilhões devem ser pagos em 8 anos, o que corresponde a uma receita adicional, para as transmissoras, de mais de R\$ 11 bilhões. Aqui vem o primeiro teste da sanidade do número. A receita anual (RAP) das transmissoras, para o ciclo 2016-2017, já é de R\$ 12 bilhões, o que significa que a indenização estaria quase que duplicando a RAP. Legal! Mais: o critério de rateio é também impreciso, pois, por exemplo, a estabilidade dos custos de transmissão para várias usinas é só de 10 anos, e a Aneel a considerou infinita.

Isso não é tudo. O valor do total dos ativos hoje em operação equivale a R\$ 95 bilhões. Neste contexto, as indenizações já realizada e a pretendida - representam 75% do total dos ativos das transmissoras. Com o que se gastaria para indenizar apenas os ativos supostamente não amortizados ou não depreciados, em operação há mais de 30 anos, daria para comprar quase todos os ativos de transmissão existentes. Legal!

Assim, o número calculado para as indenizações não faz sentido, pois sequer guarda relação com a realidade física e não resiste ao mais simples teste de consistência. E não poderia ser diferente, vez que construído de maneira inadequada, dada a falta de cuidado com a legislação e com o valor das coisas. Porém, resultará em um aumento médio de tarifas de 11%, suportados por 8 anos, só que, para alguns consumidores, os custos de transmissão aumentarão mais de 300%. Legal!

Edvaldo Santana é ex-diretor da Aneel e presidente executivo da Abrace

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Francisco Góes

Título: Acionistas da Vale discutem unificação de ações em acordo

As negociações sobre a renovação do acordo de acionistas da Vale, que expira em abril deste ano, entram na reta final. O Valor apurou que os acionistas da mineradora - os fundos de pensão estatais (Previ, Funcef, Petros e Funcesp), a

Bradespar, o BNDES e a japonesa Mitsui - avançam para renovar o acordo em moldes semelhantes ao atual. Mas existe a indicação de que o novo acordo deve ter prazo menor (de até seis anos) ante 20 anos do acordo ainda vigente, que é de 1997, ano da privatização da Vale. Também está em discussão a migração das duas classes de ações (preferenciais e ordinárias) da empresa para uma única classe de ações ordinárias (com direito a voto) ao término do novo acordo, disseram fontes.

Três diferentes pessoas próximas das discussões afirmaram ao Valor que um acordo mais curto prevendo a migração futura para uma só classe de ações é hoje um cenário provável, embora o novo acordo ainda não esteja fechado. O acordo deve refletir a busca por aperfeiçoamentos na governança da Vale. Uma empresa de consultoria especializada em governança foi contratada para auxiliar no processo. A renovação do acordo de acionistas da mineradora é discutida em caráter de confidencialidade pelos principais acionistas: Previ (Banco do Brasil) e demais fundos, Bradesco, Mitsui e BNDES. É um tema que sequer está na alçada direta dos conselheiros da Vale ou da Valepar, a holding que controla a empresa. "É um tema tratado diretamente pela alta cúpula dos acionistas", disse uma fonte.

A curto prazo, além da renovação do acordo de acionistas, a Vale terá que definir outro tema importante: o futuro do presidente da empresa, Murilo Ferreira, cujo mandato vence em 23 de maio de 2017. O Valor apurou que o tema continua indefinido e não foi submetido ainda à apreciação do conselho de administração da Vale. No ano passado, o executivo foi alvo de pressão de integrantes do governo federal e de políticos da base do PMDB de Minas Gerais, que pediram a troca no comando da mineradora, sobretudo depois do desastre ambiental provocado pela Samarco, em Mariana (MG).

Na avaliação de fontes, a discussão sobre unificação de ações marca uma mudança relevante entre os acionistas da Vale que, até poucos anos, ainda na gestão de Roger Agnelli, e mais recentemente, na atual administração, não admitiam falar sobre o assunto por receio de perda do controle acionário. Se a unificação das ações evoluir, a Vale estará caminhando para se tornar uma companhia com controle pulverizado em que os atuais acionistas seriam diluídos. "A Vale pode estar avançando para seguir um modelo [de governança] semelhante ao da Embraer e da BRF", comparou um executivo.

Para Renato Chaves, especialista em governança, em um cenário de unificação de ações, o caminho natural para a Vale seria listar ações no Novo Mercado da BM&F Bovespa. "No Novo Mercado há regras mais rígidas de governança, o que dá mais segurança ao investidor que participa da empresa."

Mas, mesmo trilhando esse caminho, os atuais sócios majoritários da Vale terão como se proteger de eventuais ofertas hostis de investidores na bolsa por meio de regras que devem ser estabelecidas na renovação do acordo, disseram fontes. Uma possibilidade, a partir da unificação das ações, é limitar o percentual de papéis com os quais um investidor pode votar nas assembleias de acionistas da mineradora. "Pode se definir que nas assembleias ninguém votará com mais de 15% do capital social", disse um advogado especializado na lei das sociedades anônimas. Esse limite deve exigir alterações no estatuto da companhia, afirmou.

A futura unificação das classes de ações em ordinárias simplificaria a estrutura da Vale, dizem especialistas. Hoje, os acionistas controladores estão reunidos na Valepar, sociedade de propósito específico (SPE) criada na privatização da mineradora e que detém 53,9% das ações ordinárias da companhia. Os acionistas da Valepar são a Litel Participações S.A., veículo de participação dos fundos de pensão; a Bradespar, braço de participações do Bradesco; a trading japonesa Mitsui; e a BNDESPar, empresa de participações do BNDES.

Na Valepar, a Litel vota com 49% de suas ações ordinárias devido à regra imposta na privatização. O restante das ações ordinárias da Valepar está com a Bradespar (21,21%), Mitsui (18,24%), BNDESPar (11,51%) e Eletron (0,03%), veículo do Opportunity.

Há hoje no mercado a avaliação de que a Valepar não oferece a melhor estrutura, do ponto de vista fiscal, para os controladores, considerando o retorno sobre o capital investido. O Credit Suisse divulgou esta semana relatório sobre a Bradespar no qual destaca um efeito de dupla tributação, com base na atual estrutura de acionistas da Vale, em comparação com um cenário em que a Valepar deixasse de existir e os acionistas tivessem uma participação direta na Vale. Existe portanto ineficiência tributária nessa estrutura de organização.

Essa discussão leva a uma outra questão, que é o desejo de quase todos os acionistas da Valepar, segundo visão do mercado, de garantir maior liquidez para as ações que estão amarradas pelo bloco de controle. Hoje, os controladores da Vale têm ações da holding Valepar e, indiretamente, da empresa. Em alguns casos, como o dos fundos de pensão, nem conseguem votar com todas as ações que têm na Valepar devido à restrição da desestatização apontada acima.

A fatia da Litel, onde está abrigada a Previ, é maior do que os 49% de ações ordinárias. Alcança, na verdade, 58,1% do capital da Valepar. Essa participação envolve dois veículos: Litel Participações S.A. e Litela Participações S.A. Mas as ações da Litel que excedem os 49% de papéis ordinários da holding foram transformados em ações preferenciais (sem direito a voto).

Um advogado que conhece a estrutura da Vale disse que quase todos os sócios da mineradora estão querendo ter maior liquidez para as ações no grupo de controle da mineradora. "Hoje, não há alguém [no bloco de controle] que se apresente como consolidador de posição na Vale", afirmou ele.

Procurados para comentar as informações apuradas pelo Valor, BNDES, Previ (dona de 80,6% da Litel) e Bradesco não se pronunciaram. A Mitsui, disse em nota, que, no momento, não tinha nada a comentar. A Vale também disse que não se pronunciaria.

A Previ vem lutando, segundo fontes, para garantir maior liquidez às ações atreladas ao bloco de controle da Vale, sobretudo o excedente transformado em ações preferenciais, e as discussões envolvem um "prêmio" de controle - um ágio que pode ser pago aos fundos de pensão por ações que têm na Valepar. Mas ter liquidez não significa que a Previ precisaria vender ações da empresa a curto prazo para fazer frente às necessidades do Plano I da fundação, em termos de benefícios de previdência complementar pagos aos aposentados do Banco do Brasil.

Só a recente operação de venda de ações da CPFL Energia atreladas ao acordo de acionistas da companhia elétrica, em poder da Previ, deve representar o ingresso de R\$ 7,5 bilhões no caixa do fundo de previdência do BB. Mas, mesmo assim, buscar maior liquidez para as ações da Vale tem sido meta do fundo, até porque a mineradora é um ativo importante no portfólio. A Previ tem, via Litel, 24,98% das ações ordinárias da Vale e 0,47% das preferenciais. Sua participação na mineradora se dá, sobretudo, de forma indireta, por meio do Fundo BB Carteira Ativa, que investe na Litel Participações S.A. Mas também via Previ Futuro. Considerados os dois planos, a participação da Previ no capital total da Vale é de 15,67%. Colaborou Ivo Ribeiro, de São Paulo)

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Thais Carrança

Título: Aquisições têm segundo ano de queda

Em meio ao cenário de incerteza política e econômica, o ano de 2016 teve o mais baixo número de fusões e aquisições no Brasil desde 2011, no segundo ano consecutivo de queda para o mercado. Foram 740 transações, contra 773 em 2015, num recuo de 4,3% na comparação anual, conforme dados da KPMG, obtidos em primeira mão pelo Valor.

O ano foi marcado pela cautela de compradores internacionais, com avanço das operações domésticas. Entre os maiores negócios, figuraram a venda de ativos

pela Petrobras e por grandes mineradoras como Vale e Anglo American, a fusão entre BM&FBovespa e Cetip e operações no sempre agitado setor elétrico, segundo levantamento da PwC.

Para 2017, especialistas esperam a retomada do interesse estrangeiro, diante do ambiente mais favorável ao fechamento de negócios. A operação mais aguardado do ano é a venda da BR Distribuidora pela Petrobras, além de ativos de infraestrutura de companhias envolvidas na operação Lava-Jato da Polícia Federal.

"Num contexto de incerteza econômica e política, decisões de longo prazo ficam prejudicadas, é preciso tomar decisões de curto prazo para sobreviver à crise, isso inibe o movimento de aquisições", diz o sócio da KPMG, Luis Motta, sobre a razão da queda em 2016.

A incerteza também aumenta o risco, fazendo com que as taxas de retorno exigidas para o negócio fiquem maiores, o que cria diferenças na expectativa de valor entre vendedores e compradores, dificultando ou adiando o fechamento de operações, afirma.

Se por um lado os estrangeiros se mantiveram mais distantes das fusões e aquisições locais, afastados pela redução da atividade econômica em diversos segmentos da indústria brasileira, por outro, as transações domésticas registraram um incremento de 11,5% sobre 2015.

"Esse crescimento marca uma retomada, porque 2015 foi um ponto muito baixo para as operações domésticas. Talvez os brasileiros já comecem a perceber oportunidades em setores específicos, pois eles respondem mais rápido a mudanças no contexto econômico", avalia Motta.

Outra característica marcante do mercado no ano passado foram as transações de empresas brasileiras vendendo operações no exterior, que somaram 35, numa alta de 133% sobre 2015 e resultado mais elevado da série histórica com início em 2006.

"Várias dessas empresas precisavam de caixa e uma forma de ter recurso e não vender tão barato foi se desfazer de ativos internacionais em dólar ou moeda forte que operam em economias não impactadas pela crise", analisa o sócio da KPMG. A escassez de crédito também contribuiu para a decisão de vender, afirma.

Uma das companhias que está tentando fazer caixa e melhorar sua liquidez através da venda de ativos, a Petrobras foi responsável por três dos dez maiores negócios do ano, segundo ranking da PwC. A venda da Nova Transportadora do

Sudeste (NTS) à Brookfield e sócios, do bloco BM-S-8 à Statoil e da Petrobras Argentina à Pampa Energia renderam US\$ 8,6 bilhões à estatal.

No setor elétrico, a compra da CPFL Energia pela chinesa State Grid e dos ativos da Duke Energy no Brasil pela China Three Gorges foram os maiores destaques.

Para este ano, a principal aposta da PwC é a retomada de negócios no varejo. "Haverá fusões grandes no varejo, o agronegócio vai continuar sendo muito importante e TI [tecnologia da informação] vai seguir sendo o carro no Brasil", prevê o sócio da consultoria, Rogério Gollo.

Educação e saúde prometem continuar ativos, acredita o advogado especializado em fusões e aquisições e private equity Thiago Sandim, sócio do escritório Demarest. Mas, para ele, a bola da vez agora é a infraestrutura.

"Há uma grande expectativa com o que vai sair das diversas delações [de empresas envolvidas na Lava-Jato], porque isso vai viabilizar ou inviabilizar a venda de ativos por essas empresas, o mercado está em compasso de espera", diz Sandim. Segundo ele, também o rearranjo de contratos de concessão pelo governo mantém o mercado em aguardo.

Novamente, a Petrobras promete ser destaque no ano, se conseguir desengavetar a venda da BR, acredita o advogado. "O ativo tem muito comprador, mas um processo mal formatado, além disso, tem toda a insegurança jurídica das liminares, que engasgam o andamento", pondera.

Para o sócio do escritório Pinheiro Neto, Fernando Meira, essa é a hora para o estrangeiro que quer se posicionar no Brasil. "Mais previsibilidade, num ambiente de negócios mais estável, propicia maior número de transações. O pior já passou, então agora é aproveitar as oportunidades ou pagar mais caro lá na frente", conclui.

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rodrigo Polito

Título: Leme negocia compra de companhia de mobilidade

A Leme Engenharia, empresa do grupo franco-belga Engie dedicada à engenharia consultiva e que a partir desta semana passa a se chamar Tractebel, planeja concluir no primeiro semestre a aquisição de uma empresa brasileira especializada em projetos de mobilidade urbana, portos e aeroportos. O nome da empresa e o valor do negócio, porém, não são revelados.

"Estamos trabalhando neste projeto desde 2016. Para nós, ele é estratégico, importante e prioritário. A due diligence [auditoria financeira e operacional] e todas as tarefas que precisamos cumprir tomam tempo, mas o projeto segue dentro do programado. Muito provavelmente neste primeiro semestre teremos concluído a aquisição", afirmou Cláudio Maia, presidente da Tractebel para a América Latina.

"É uma empresa na área de infraestrutura focada em mobilidade urbana, portos, aeroportos, ferrovia e metrô. E é uma empresa que tem bastante complementariedade com as atividades da Tractebel, tanto em geografia quanto em competência e produtos", completou o executivo.

A Leme, agora Tractebel, é controlada pela Tractebel Engineering, que também passará a se chamar Tractebel. A mudança, segundo a empresa, faz parte de um projeto de unificação da marca em todo o mundo e representa a união da experiência global da companhia com o conhecimento dos mercados locais em que suas subsidiárias atuam.

A aquisição da empresa brasileira faz parte dos planos da Tractebel de diversificar seu portfólio, cujo carro chefe ainda são projetos na área de energia (transmissão e distribuição de energia, hidrelétricas, termelétricas e projetos de fontes renováveis, com destaque para o setor eólico). A empresa também atua nas áreas de infraestrutura e meio ambiente.

A companhia também planeja diversificar seu portfólio na América Latina, reduzindo a concentração no mercado brasileiro, que responde por cerca de 70% do faturamento na região, da ordem de R\$ 222 milhões, em 2016. Nesse sentido, a Tractebel iniciou este ano as operações no México, onde é responsável pela engenharia do proprietário para a construção de um parque eólico de 52 megawatts (MW) de capacidade no Nordeste do país.

Para 2017, o executivo prevê uma melhora do cenário brasileiro, mas ainda considera como sendo um ano "desafiador". Esse componente contribui para a empresa buscar a diversificação de negócios entre os países da América Latina.

"Isso [redução da inflação e da taxa de juros] traz para 2017 claramente um cenário de melhores expectativas em relação a 2016. Já enxergamos essa melhora de expectativas no interesse maior de 'players' nos leilões de transmissão. Começamos a perceber uma maior atividade nessa área. Na infraestrutura, os projetos são de maturação um pouco mais lenta, mas os financiamentos de organismos multilaterais começam a estar mais evidentes. O ano de 2017 em si ainda será desafiador", completou Maia.

Na América Latina, além do México, a companhia tem escritórios no Chile, Peru e Panamá e planeja abrir este ano uma unidade na Colômbia. No Brasil, a Tractebel possui cinco escritórios, em Brasília (DF), Rio de Janeiro (RJ), Florianópolis (SC) e Belém (PA), além da sede em Belo Horizonte (MG).

VEÍCULO: Valor Econômico

Seção: Empresas

Autor: Rafael Bitencourt

Título: Leilão não será 'perdão' a geradores, diz Aneel

A Agência Nacional de Energia Elétrica (Aneel) quer evitar que a proposta do governo de diminuir o volume de energia contratada no mercado, que está acima da previsão de demanda, incentive o descumprimento de regras no setor. A atenção do órgão regulador está voltada para o "leilão de descontração", que possibilitará o cancelamento de projetos de geração com fontes eólica e solar que estão com dificuldade de serem construídos.

A estratégia do governo foi anunciada pelo Comitê de Monitoramento do Setor Elétrico (CMSE), após a reunião da semana passada. O leilão, se confirmado, deve valer para a contratação na modalidade de energia de reserva. O interesse de participar do certame passa pela possibilidade de se livrar das obrigações contratuais de fornecimento de energia e, por consequência, das penalidades pesadas impostas pela Aneel.

"O sinal que será dado ao mercado de energia com essa medida é importante. Ele deve ser considerado na discussão que vem sendo conduzida pelo Ministério [de Minas e Energia] e pela EPE [Empresa de Pesquisa Energética]", afirmou o diretor-geral da agência, Romeu Rufino, após a reunião da diretoria.

Rufino informou que, em outras ocasiões, o governo já demonstrou que está atento a esse risco. Ele mencionou a postura firme adotada diante da iniciativa de impedir a Aneel de aplicar sanções a empresas que não cumpriram o cronograma de obras ou entregaram o empreendimento fora do prazo contratual.

Segundo ele, isso ocorreu nos vetos presidencial de emendas parlamentares à Medida Provisória 735, de 2016. O texto rejeitado beneficiaria grupos que não conseguiram implantar os projetos arrematados em leilões. Esse era o caso do parque de térmicas da Bertin e linhas de transmissão da Abengoa, em recuperação judicial.

"Não concordamos que deva haver uma anistia de maneira ampla e irrestrita às empresas que não cumprem o que está nos contratos. Por isso, achamos que

quem participar do processo desconstrução não deve sair do leilão sem arcar com alguma consequência", disse Rufino.

A necessidade de reduzir os volumes de sobra de energia levou o governo a cancelar o 2º Leilão de Energia de Reserva (LER) de 2016, marcado para dezembro. A decisão preocupou fornecedores de bens e serviços e do segmento de energia eólica e solar. A regularidade dos leilões é apontada como a principal responsável pelo desenvolvimento dessa indústria no país.

A sobra contratual de energia elétrica é uma consequência, principalmente, da queda no consumo provocada pela desaceleração da economia. Na semana passada, o CMSE informou que a EPE projetou sobra estrutural de 8,4 gigawatts (GW) médios em 2018, o que demonstra o tamanho do desequilíbrio entre oferta e demanda previsto para o próximo ano no sistema brasileiro.

Rufino se diz a favor da iniciativa do governo de promover uma desconstrução de energia para ajudar a equilibrar o mercado. "Se não há necessidade, por que não fazer a desconstrução?", questionou. Ele defende que a busca por alternativas deve privilegiar o fim dos contratos que preveem o fornecimento de energia mais cara.

MME / ASCOM